



Conhecimento, poder e práticas sociais:

Jaime Cortesão, Gilberto Freyre e a história da colonização portuguesa

David William Aparecido RIBEIRO¹

Introdução

As práticas sociais são informadas pelos saberes produzidos em diferentes campos e por diferentes agentes. Há, sem dúvida, tensões e disputas pela hegemonia entre as concepções que se pretendem universais: uma disputa que envolve poder, domínio e prestígio. A relação entre um saber hegemônico e os tornados subalternos revela tanto os objetivos quanto as pretensões de uma determinada epistemologia sobre outras, cujas implicações se dão em todo um tecido social em que relações de poder e dominação atuam sobre diversos aspectos do cotidiano, sejam eles práticos ou simbólicos. Nesse sentido, descolonizar os saberes é não apenas questionar as hegemonias que se impuseram com os colonialismos e imperialismos como também é fazer emergir os saberes que foram subalternizados, de modo a fomentar e valorizar práticas sociais e subjetividades que representem a diversidade das sociedades chamadas pós-coloniais, que em grande parte reproduzem em suas estruturas os mesmos mecanismos de controle e opressão que marcaram a sua formação.

Não foram nem são, entretanto, apenas os saberes produzidos dentro de sociedades colonizadas ou político-administrativamente descolonizadas que urgem ser *descolonizados*: o conhecimento *sobre* os colonialismos também precisa libertar-se das amarras imperialistas que o mantêm, direta ou indiretamente, a serviço das estruturas que dificultam a autonomia plena, sufocando outras epistemologias e a diversificação dos paradigmas que fundamentam as práticas políticas, sociais, econômicas. Tal autonomia é possível de ser construída a partir da compreensão da historicidade da produção do conhecimento sobre os colonialismos e realidades coloniais. Esse conhecimento, uma vez problematizado, abre o caminho para o questionamento de sua hegemonia e pode permitir a emergência das outras vozes silenciadas.

Quando a produção de saberes acadêmicos/científicos – socialmente valorizados – repercute na cultura de massas, entrando em contato com sentidos comuns, pode auxiliar na consolidação de preconceitos e informações falseadas quando não os supera. Nessa relação, a *ciência* dá o seu respaldo a verdades aparentes e concorre para a sua manutenção, muitas

¹ Mestrando em História Social pela Universidade de São Paulo. Orientação: Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Cortez Wissenbach. Este texto também contou com as indicações e orientações da Prof.^a Dr.^a Teresa da Cruz e Silva, do Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane, de Moçambique.

vezes numa perspectiva de longa duração. Pode-se afirmar que esse é o caso da leitura ainda hegemônica que se faz da característica *mestiça* do povo brasileiro, que encontra suas bases em Gilberto Freyre e no luso-tropicalismo, ideia esta que não se restringiu apenas ao contexto do Nordeste açucareiro e escravista, mas se transferiu ao conjunto do país e buscou ecos em todas as áreas do globo em algum momento colonizadas por portugueses.

A ideia de que o Brasil é uma nação mestiça em que o racismo inexistente, ainda que bastante discutida e com força bastante menor do que possuía no mínimo três décadas atrás, emerge principalmente nos momentos em que se discutem ações afirmativas e políticas efetivas para a superação das desigualdades étnico-raciais do país. Além disso, é importante levar em conta que, no momento da celebração dos quatrocentos anos da fundação da cidade de São Paulo, no ano de 1954, outras narrativas sobre a cidade, o estado e o conjunto do país concorreram para a validação de um discurso que destacava vozes hegemônicas e silenciava as outras que não viessem das elites que tomavam para si o papel exclusivo de agentes e narradores históricos.

Naquele momento, o responsável por organizar a representação da narrativa histórica paulista, inserida no quadro brasileiro e da colonização portuguesa – e em consonância com os anseios das elites dirigentes locais para o futuro da metrópole que se afirmava – foi o intelectual português Jaime Cortesão (1884-1960), cuja produção recente se assentava sobre o estudo da *formação territorial do Brasil* junto ao Ministério das Relações Exteriores, à Biblioteca Nacional e a outras instituições governamentais. Tal narrativa, que valorizava o papel dos bandeirantes paulistas no delineamento dos limites geográficos do país, contribuía não apenas para a valorização da identidade das elites locais – que se consideravam herdeiras dos mestiços bandeirantes – como também davam elementos para um ufanismo paulista, alimentado por um suposto empreendedorismo e um cosmopolitismo ancestrais.

A concepção da *Exposição de História de São Paulo no quadro da História do Brasil* – que se tornou a base para uma proposta de Museu dos Descobrimentos em Lisboa jamais concretizada –, assim como a produção anterior de Cortesão no Brasil sobre a colonização, precisam ser observados no circuito de ideias que na metade do século passado e depois tensionavam colonialistas e anticolonialistas, salazaristas e opositores, freyreanos, luso-tropicalistas e os seus críticos. Notar as apropriações que Cortesão realizou e as que se fizeram de suas produções é fundamental para compreender as possibilidades abertas por sua narrativa do império e da colonização, no sentido em que as relações construídas entre diferentes pontos de partida interpretativos desembocaram em conclusões similares, nas quais

o português plástico e adaptável às diversidades se tornou o protagonista de uma história que escamoteia as vozes subalternizadas.

O objetivo primordial deste exercício de interpretação é o de perceber as permanências das narrativas que persistiram na produção dos ditos saberes *científicos* e também no campo acadêmico, favorecendo a manutenção de estruturas de exclusão que impedem consideravelmente a autonomia plena das sociedades que têm em comum o passado colonial. A análise da atuação intelectual de Cortesão no Brasil serve de ponto de partida e referência importante para o caso brasileiro em geral e paulista em particular, no sentido em que sua produção permite problematizar questões que integram narrativas históricas e práticas políticas de elites locais e nacionais, em diálogo com outras ideias do circuito pós-colonial de língua oficial portuguesa.

Cortesão e Freyre: leituras da colonização portuguesa

Pouco tempo depois da sua chegada no Brasil, em fins de 1940, Cortesão se lançou na tarefa de editar clássicos da literatura portuguesa no Brasil, com comentários feitos por autores contemporâneos. O intuito da coleção *Clássicos e Contemporâneos* era o de resgatar o prestígio das obras primas portuguesas entre os leitores brasileiros. Na apresentação do primeiro número, que trazia a Carta de Pero Vaz de Caminha comentada por Cortesão, o idealizador do projeto demonstra estar respondendo ao chamado de Gilberto Freyre, quando disse das ameaças à cultura portuguesa no país: aquele que era um dos “mais eminentes espíritos brasileiros” fazia um alerta aos que se preocupavam com este estado de coisas (CORTESÃO, 1943: I).

Para além desta indicação, que aponta para uma preocupação de Cortesão com o prestígio da cultura portuguesa no Brasil – e que orientou a sua ação durante as quase duas décadas em que viveu no país – a interlocução com Freyre sugere alguma afinidade entre o intelectual opositor de Salazar e o sociólogo brasileiro que tinha simpatias com o governante português. Identificar estas afinidades nos auxilia na tarefa de compreender conhecimentos apropriados por práticas sociais e políticas colonialistas, imperialistas e mantenedoras das estruturas capitaneadas pelas mentes da (ex-)metrópole.

Em um artigo de 1984, ano em que se comemorava o centenário do nascimento de Jaime Cortesão, a historiadora brasileira Nanci Leonzo sugeriu que a distância entre Freyre e o historiador português não é grande, uma vez que Cortesão louvara a ação colonial na sua

Introdução à História das Bandeiras, dizendo que ela havia gerado uma “aliança luso-tupi” em forma de compadrio, desprezando uma discussão que naquela época já evidenciava a tirania portuguesa para com índias e índios sul-americanos. A caracterização psicológica de um colonizador português afeito à mestiçagem, o que explicaria as suas ações no contato com os povos “tropicais”, estava presente nos escritos de Cortesão (LEONZO, 1984: 121-124).

Dentre as concepções recorrentes a partir de Freyre, destaca-se a ideia de que o português não seria etnocêntrico e sim cristocêntrico – empenhado em difundir a fé cristã nas terras em que aportou e não a subjugar as outras *raças* – assunto sobre o qual Cortesão escreveu um comentário², a partir da leitura de *Um brasileiro em terras portuguesas*. De acordo com o texto, Cortesão dá crédito à afirmação de que os portugueses teriam feito como os árabes: levado a sua fé e se se mestiçando com outros povos. O autor ainda lança mão de Jorge Dias para comentar Freyre, destacando uma conferência proferida no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, na qual, inserindo a expansão portuguesa na história da humanidade, discute a “missão” de percorrer os mares e entrar em contato com “as mais desvairadas gentes”.

Freyre – destaca Cortesão – elencava a plasticidade, a maleabilidade, a cordialidade e a tolerância étnica como características portuguesas herdadas dos árabes e dos contatos com eles. Jorge Dias mencionava a profusão de povos e culturas fundadoras da índole portuguesa (íberos, celtas, germanos, romanos, berberes, árabes e judeus), bem como ressaltava a importância da formação comunitária e as organizações familiares portuguesas, que em muito se assemelhavam às encontradas nos lugares aos quais se deslocaram³.

Depois de destacar estes pontos das teses de Freyre e Dias, Cortesão comenta que o “celtibero” sente o cristianismo à sua maneira e que, depois de islamizado, sintetiza as civilizações muçulmana e cristã, “direcionando definitivamente a cultura portuguesa”. Atribui à escola árabe o gênero de vida do comércio de longa distância por terra e mar, as técnicas de navegação, a tolerância étnica e a capacidade de convívio com outros povos, incluindo aí o “amar mulheres de várias raças”. No entanto, a raiz românica laicizaria a organização do Estado, diferentemente de como ocorria entre os povos árabes.

² CORTESÃO, Jaime. Etnocentrismo e Cristocentrismo. Série Cartas de Portugal, 23 f., datil., Lisboa, 1958, vários documentos. ACPC/BNP E25/35. Trata-se do Espólio Jaime Cortesão, do Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea da Biblioteca Nacional de Portugal (ACPC/BNP).

³ Sobre as comparações de Jorge Dias entre o Portugal das aldeias do norte e as aldeias de Moçambique, ver MACAGNO, Lorenzo. Lusotropicalismo e nostalgia etnográfica: Jorge Dias entre Portugal e Moçambique. In: *Afro-Ásia*. Salvador, n. 28, 2002, p. 97-124.

Cortesão lança luz para a política de Afonso de Albuquerque, de união de portugueses a “mulheres de outras raças”, lembrando que o fato é mais antigo, ligado à colonização de São Tomé e à proposição de D. João II de que a ilha se tornasse uma “escola experimental de novos métodos de colonização, mandando para ali, entre outros colonos, alguns degredados e filhos de judeus”, dando-lhes escravos e uma mulher escrava, com a qual povoariam a ilha (alforriando a ela e a sua descendência). Para sustentar esta afirmação, Cortesão cita duas cartas de D. Manuel, de 1515 e 1517⁴.

Em uma ficha, com comentários sobre *O mundo que o português criou*, Cortesão anota que “dever-se-ia estudar *o mundo que criou o português*, que o afeioou e forneceu elementos à sua criação”. Nesse sentido, o autor sugere que esta função foi principalmente da África, “que lhe deu o gosto acre da escravidão, esse monstro dissolvente”, e do Oriente, “que lhe acrescentou o sentido da casta, o culto das pompas exteriores e, como consequência, o estilo de vida (...)”. Segundo essa leitura, o português a sua cultura é “euro-afro-ásio-americano”, e é “no Brasil que se realiza a fusão desses elementos, na sua plenitude (...)”⁵. Infelizmente não há uma data que possibilite a localização temporal do texto, cujas afirmações seguem num sentido oposto às leituras e interpretações que sobrevalorizam a ação portuguesa e não dão muita ênfase nos outros povos com os quais entraram em contato ao longo da história da colonização. De qualquer modo, é possível inferir que o texto é bastante anterior, uma vez que as obras estão separadas por mais de dez anos, sendo esta, primeira, de 1940.

Um brasileiro em terras portuguesas, publicada em Portugal em 1955, é um relato subjetivo com a intenção de ser sociológico de Freyre quando, a pedido do governo português, visita as colônias na África e no Oriente; *O mundo que o português criou* é a obra que inicia a aproximação entre o sociólogo e o pensamento português, publicada em 1940 e prefaciada em sua primeira edição por Antônio Sérgio, intelectual português do grupo da revista *Seara Nova* que tinha como amigos tanto Freyre quanto Cortesão. Mais adiante, retomarei essas ideias a partir de sua recepção por intelectuais africanos.

Observando Freyre pela ótica de Cortesão, notando dois comentários gerais sobre obras e sua referência na abertura da coleção *Clássicos e Contemporâneos*, ficam evidentes as narrativas que valorizam as especificidades do povo português e da colonização empreendida por eles, na qual se destaca a mestiçagem. Além da discussão sobre a hegemonia portuguesa

⁴ CORTESÃO, Jaime. Etnocentrismo e Cristocentrismo. Lisboa, Série Cartas de Portugal, 1958. ACPC/BNP, E25/35.

⁵ CORTESÃO, Jaime. [História, II]. Agrupamento de documentos diversos, s/d. ACPC/BNP, E25/81.

nas relações entre eles e os nativos das regiões em que aportaram, aparece também a necessidade da recuperação de um passado para fortalecer laços entre Portugal e Brasil. É a partir desses pontos de vista que é interpretada a história da relação entre colonizador-colonizado, frequentemente adocicada pela aparente ausência de conflitos étnico-raciais, sempre visando à construção de nações de caráter elevado, *humanista e universalista*, para trazer ao debate a tese de Cortesão⁶.

Retomando a interpretação de Leonzo a partir dos comentários sobre Freyre aqui apresentados, identificam-se os parentescos do pensamento, possivelmente alimentados pelas mesmas fontes que também deram de beber a Jorge Dias e que encontravam àquela época ressonância no senso comum português sobre o *caráter nacional*. Quando trata dos bandeirantes paulistas e da formação da sociedade luso-tupi da América do Sul, Cortesão não traz à tona – ou ao menos não dá destaque – às práticas violentas do colonizador, entre as quais o estupro que gerou parte considerável da mestiçagem de então, que já apareciam em outros textos da época, preferindo sustentar a narrativa da aliança pacífica e encabeçada pelo empreendedorismo dos portugueses, a continuar por terra a expansão que iniciaram por mar.

Nos diversos textos em que trabalha a questão da língua e da cultura portuguesa no Brasil, o autor sempre coloca no centro o léxico das navegações aplicado ao contexto das bandeiras para exemplificar a penetração portuguesa pelo interior do continente. Vale lembrar que esses textos são de suas primeiras conferências e apresentações no Brasil, antes de se debruçar sobre a temática das bandeiras por ocasião da organização dos Manuscritos da Coleção De Angelis (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro) e das atividades no Ministério das Relações Exteriores sobre a chamada formação do território brasileiro.

Ainda que frequentemente associe a atividade bandeirante à sua matriz portuguesa, o autor não deixa de contrapô-los a jesuítas e a espanhóis, contra os quais os sertanistas se levantaram. Além disso, diversas vezes atribui ao contato com os povos indígenas a construção de uma cartografia do continente capaz de promover o reconhecimento satisfatório do espaço que aos poucos se integrava ao conjunto do que viria a ser uma nação. Isso significa também dizer que, apesar das diferenças entre as interpretações de ambos em alguns aspectos da história da colonização, a base estava assentada sobre a mesma ideia de tolerância e respeito étnico-racial.

⁶ Falo aqui da tese do “humanismo universalista” dos portugueses e do ideal franciscano que teria orientado as ações dos portugueses desde antes das grandes navegações, marcando seu caráter e as relações empreendidas com os povos nativos das regiões que pretendiam colonizar.

A Exposição de São Paulo: *desenvolvimento, passado e futuro*

Os textos e atividades que se empenharam em construir uma interpretação sobre bandeiras, bandeirantes e seu papel na “formação do Brasil” certamente foram as principais credenciais para que Cortesão fosse chamado à organização da *Exposição de História de São Paulo no quadro da História do Brasil*, inserida no conjunto da Feira Internacional de São Paulo, realizada no Parque Ibirapuera em 1954, construído especialmente para ser o palco principal das comemorações do quarto centenário da fundação da capital paulista.

No cerne da festa construía-se o sentido da celebração: a modernidade, o desenvolvimento, o empreendedorismo da cidade e o seu papel incontestado de maior e mais importante do Brasil, país que àquela época ingressava nos tempos modernos e se internacionalizava – nos moldes do desenvolvimentismo estadunidense – onde arranha-céus, automóveis e viadutos compunham o cenário do progresso econômico. Como é comum ao ato de comemorar, um passado é eleito e evocado como ponto de partida de uma história linear rumo ao progresso, e o presente nada mais é do que a expectativa de um futuro objetivo⁷.

Segundo Luiz Felipe de Alencastro (2000), Cortesão via nos bandeirantes os continuadores da expansão marítima, que ora se dava pelos sertões sul-americanos. Tal afirmação é identificada quando o historiador português aproxima, como já mencionei aqui, os parentescos léxicos entre a atividade náutica e a exploração do interior do continente. As elites paulistas, que décadas antes forjaram a sua linhagem a partir de seus ancestrais devassadores – e empreendedores – também mitificavam os sertanistas, observando-os também como construtores dos limites de uma nação e sujeitos que por sua força e iniciativa tomaram para si a tarefa de colonizar. É na figura daquele herói que se encontraram os anseios de uma elite que se legitimava por meio de sua leitura da história e a reivindicação da efetividade da participação portuguesa na construção de um país de dimensões continentais, que então se destacava no conjunto das nações do planeta.

A propaganda da época das festividades, analisada por Silvio Lofego (2004), frequentemente associava o progresso, a modernidade e a superação de limites a uma grandeza, um vigor e uma liderança predestinada, simbolizada nos bandeirantes. Para Paulo César Garcez Marins (1999), o conjunto arquitetônico do Parque Ibirapuera, desenhado para

⁷ Sobre a reflexão do sentido de comemorar, a partir do caso do quarto centenário da fundação da cidade de São Paulo, o texto de Lofego (2004) traz, especialmente na Introdução, um importante apanhado sobre os sentidos da celebração, no qual o passado é trabalhado de modo a atender um presente e também projetar um futuro, tudo inscrito em uma linearidade.



as comemorações por Oscar Niemeyer, acompanhado do Monumento às Bandeiras de Brecheret e pelo obelisco-mausoléus dos “Heróis de 1932” – combatentes da revolta organizada pelas elites paulistas defenestradas do poder central em 1930 – simbolizavam naquela época, respectivamente, os *bandeirantes* do futuro, do passado e do presente: sujeitos e representações que sintetizavam os ideais ufanistas de heroísmo e liderança.

É essa narrativa histórica, permeada de símbolos apropriados por diversas camadas da população, conferindo o heroísmo a alguns sujeitos e reconhecendo as suas supostas qualidades nas elites dirigentes locais ou num suposto caráter típico paulista – destinado a liderar, a abrir caminhos e a empreender – que alimentou e alimenta sentidos comuns segundo os quais qualificações como “atraso”, “pobreza” ou “baixo desenvolvimento” não são aplicáveis a nenhum contexto interno paulista e sim a outras regiões do Brasil. Dito de outra forma, é possível dizer que as elaborações e interpretações da história brasileira feitas pelo viés *bandeirante* escamotearam as agências de outras regiões do país, atribuindo os sucessos nacionais tanto à ação bandeirante no passado quanto na atuação das elites políticas locais no cenário nacional durante o Império e a Primeira República (1889-1930): tratava-se de uma *locomotiva*, como se entendia na virada do século passado, a levar o país rumo ao progresso.

A criação da Universidade de São Paulo em 1934, após a derrota militar imposta pelo governo de Getúlio Vargas em 1932 aos paulistas, na esteira da perda paulista do controle do Poder Central em 1930, foi uma importante iniciativa de diversas forças locais para formar quadros políticos e intelectuais locais, que desta forma conquistariam proeminência a nível nacional. Segundo Miceli (2001: 101), do ponto de vista das elites locais, as derrotas paulistas estavam associadas à ausência de quadros políticos pertinentes ao contexto (e não à falta de resposta às demandas da sociedade por parte do Estado ou ainda pela ausência de canais de expressão e participação social).

Uma vez afastadas do centro de gravidade político-administrativo, a ação se daria no campo acadêmico, com alunos e professores – no caso da História – localizados nas fronteiras da *história como acontecimento* e a *história como área de conhecimento*. A partir da postura destes sujeitos, Lidiane Rodrigues ressalta que estes se colocavam, enquanto oriundos das famílias consideradas tradicionais, conhecidas agentes políticas locais e nacionais, como agentes históricos imprescindíveis, ratificando a ideia de que é o grupo dominante que *faz* a história (2011: 278). Ainda que tenha se cercado de outros colaboradores, entre os quais Agostinho da Silva, igualmente português, ao elaborar a exposição, Cortesão contribuiu para



confirmar a imprescindibilidade daqueles que eram os “ancestrais” – sanguíneos e morais – das elites paulistas, agentes e narradoras da historiografia oficial.

Jaime Cortesão se dedicou diretamente ao plano geral e à primeira seção da Exposição Histórica, a qual dava conta de inserir a história do Brasil e a história de São Paulo no conjunto da história portuguesa, delegando a Agostinho da Silva, Ernani Silva Bruno e Mário Neme a tarefa de dirigir a elaboração das outras seções do conjunto. Aureliano Leite, historiador e político paulista, foi uma das vozes a contestar os critérios utilizados pelos organizadores – especialmente pelo curador principal – para narrar a história de São Paulo: o menosprezo à figura de Anchieta em detrimento da de Manoel da Nóbrega, por exemplo, irritaram historiadores locais. Segundo Leite, respondido na introdução de *A Fundação de São Paulo: Capital Geográfica do Brasil* (CORTESÃO, 1955), Cortesão teria abusado da narrativa portuguesa para contar a história de São Paulo, acusação a que respondeu dizendo que “amar e servir o Brasil” era a “maior forma de ser português” (1955: 17).

A celebração de 1954 em São Paulo, dentro do contexto vivido pelo Brasil – de ingresso na modernidade, de investimentos na industrialização empreendidos pelo Governo Federal – tanto por Getúlio Vargas (1950-1954) quanto por Juscelino Kubitschek (1956-1960) – assinalaram o triunfo do modelo de desenvolvimento cujo referencial era os Estados Unidos. Como assinala a crítica de Elísio Macamo⁸, o ideal de desenvolvimento, de Estado e de outros conceitos do *Norte*, quando aplicado às realidades do *Sul*, têm sentidos bastante diversos. O modelo de desenvolvimento como um fim em si, contendo ideais, práticas e símbolos que inevitavelmente fariam o Brasil superar o seu “atraso”, vinham integralmente das experiências dos países do bloco capitalista-ocidental, sobrepondo-se, portanto, às experiências locais, social, econômica, política e epistemologicamente diversas e que não cabiam satisfatoriamente nas soluções polarizadas da Guerra Fria.

A hegemonia da narrativa histórica presente na exposição e na produção historiográfica – ainda que houvesse vozes dissonantes a apontar e questionar as maldições da herança colonial no interior desta última – era também uma hegemonia política, econômica e ideológica. Ao passo que o forjar da história-memória legitimava a liderança política, o poder que estas chefias detinham impregnava as estruturas que teriam, entre outras funções, a de manter o poder dessas mesmas elites. Nesse sentido, todo um conjunto de instituições, de estruturas, de forças e de símbolos eram mobilizados em prol da manutenção do controle e do

⁸ MACAMO, Elísio. A maldição do Estado: anotações sobre a trivialização do político. *Conferência de abertura da IV Conferência do IESE*. Maputo, Moçambique, ago. 2014.

poder de um mesmo grupo social e de seus interesses, reconhecidos como legítimos agentes da história além de seus narradores.

Ideias em circulação: história colonial e colonialismo em debate

Se antes de Gilberto Freyre, a mestiçagem era vista no Brasil como um problema a ser resolvido por meio do embranquecimento, após a publicação de *Casa Grande & Senzala* (1933) ela se torna um motivo de orgulho, ao ponto de se tornar uma expressão da *democracia racial* em que se transformara o Brasil. Eliminando os conflitos raciais presentes ou latentes, a mestiçagem, a partir da leitura de Freyre, foi operacionalizada por meio da formulação do *lusotropicalismo*, uma aplicação a todo o mundo lusófono das supostas relações raciais brasileiras. Ideologia esta, por sua vez, que foi apropriada e ressignificada pelo salazarismo, sustentando a política colonial portuguesa e defendendo-a das pressões internacionais.

Segundo Maria da Conceição Neto (1997), a ideia do “português típico”, recorrente na produção daquela época e com ressonâncias no presente, impede de perceber as dimensões históricas do colonialismo e reproduzem muitas vezes um discurso concebido a partir de modelos autoritários e unilaterais, cujas teias ainda precisam ser rompidas. A autora se dedicou a analisar as consequências da apropriação do lusotropicalismo pela política salazarista, modificando-a para justificar práticas sociais colonialistas sem valorizar demais a mestiçagem, ou ainda policiando-a. O objetivo principal da política estadonovista portuguesa com os pressupostos luso-tropicalistas em relação às suas colônias (e também frente às pressões de organismos internacionais pela autodeterminação dos povos, por exemplo) era o de consolidar mundialmente uma imagem positiva dos portugueses e de suas práticas com outros povos, imagem esta se opunha às outras potências colonizadoras, que seriam desagregadoras e racialmente intolerantes.

A política colonial do Estado Novo português, “de cariz imperial, nacionalista e centralizadora”, sobretudo no período entre 1930 (Ato Colonial) e 1951 (Reforma Constitucional), rompeu com a prática anterior da República portuguesa, descentralizada, e evocou a “vocação e o direito histórico de Portugal à colonização”. Desde os anos 1930, a ditadura portuguesa empenhou-se na “criação de uma mística imperial capaz de mobilizar os portugueses no sentido de orgulho e da defesa das colônias”, o que foi desenvolvido em

diversas frentes, tais como os programas escolares, os meios de comunicação e das grandes exposições⁹ (CASTELO, 2014: 510).

A justificação maior desta representação era o Brasil, que aos poucos se tornava mais conhecido no cenário mundial. O país foi tornado exemplo por aqueles portugueses interessados em expressar o êxito da sua ação colonial histórica: portugueses desejosos de participar da relevância que o Brasil vinha ganhando em diversas áreas, seja a exploração de petróleo, seja nas relações internacionais ou ainda na divulgação de suas expressões culturais. Convém lembrar que durante este mesmo período, no país sul-americano também existiu um “Estado Novo”, que durou de 1937 a 1945, liderado por Vargas, um político que deixou marcas profundas na política nacional a partir de então. Essa projeção dos interesses de Portugal sobre a África a partir da referência à ação colonial no Brasil foi trabalhada por Valentim Alexandre (2000), cujas ideias principais trago a seguir.

Do ponto de vista do autor, o período convencionalmente chamado por uma parte da historiografia de terceiro império português, que se estende do reconhecimento da independência do Brasil (1825) às independências das colônias africanas (1975), foi marcado pela tentativa de superação da perda da colônia que era a maior fonte de receitas. Desde então, o país, atravessando sucessivas crises econômicas, sociais e políticas, voltou-se para o continente africano, igualmente disputado por outros imperialistas europeus, servindo-se de suas credenciais de “colonizador exitoso” na América para colocar-se na disputa por recursos naturais e humanos no continente africano, que sustentariam o progresso material europeu no auge da sociedade imperialista e industrial. Além disso, ao longo da primeira metade do século passado, Portugal se empenhou em demonstrar que as suas práticas, que tinham feito do Brasil uma colônia produtiva e depois um país bem-sucedido, fariam das colônias em território africano “novos Brasis”, e não apenas economicamente: neste sentido, as teses de Freyre corroboravam os pressupostos da histórica política colonial portuguesa, atribuindo-lhe também a criação de uma *democracia racial*, fruto do *modo português de estar no mundo* e de se relacionar com povos de *outras raças*¹⁰.

Essas elaborações, que se transformaram e transformaram o olhar de Portugal para as terras sob o seu domínio na África desde o século XIX até a dissolução total do império, não

⁹ Sobre as exposições, o cinema, a propaganda e outras práticas de construção de imaginário no contexto das políticas coloniais e imperiais, tanto no presente quanto em perspectiva histórica, são também fundamentais os trabalhos de THOMAZ, Omar Ribeiro. *Ecoss do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Fapesp, 2002; e MATOS, Patrícia Ferraz de. *As “Côres” do Império: representações do Império Colonial Português*. 3ª ed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

¹⁰ Esta discussão também está presente na obra de THOMAZ, 2002.

foram unânimes e encontraram forte resistência principalmente entre intelectuais africanos, anticolonialistas e independentistas, contestadores do luso-tropicalismo e do seu uso enquanto um alibi para a manutenção do colonialismo sob Salazar (bastante eficaz em lançar mão de recursos diversos para atingir corações e mentes). João Medina (2000), buscando perceber a repercussão do lusotropicalismo e das conjecturas de Freyre sobre todas as áreas de colonização portuguesa, encontrou e discutiu principalmente as interpretações intelectuais africanas, que não apenas contestaram a validade das interpretações freyreanas como também deram a sua versão sobre as práticas do colonialismo luso, isto tudo no contexto da projeção dos movimentos de independência.

Segundo Medina, Mário Pinto de Andrade classificou o lusotropicalismo como uma “impostura velada” e o denunciou como um alibi para manter a dominação sobre outros povos. Foi o primeiro autor a criticar explicitamente aquela verdadeira ideologia, publicando-se nas páginas da *Présence Africaine* em 1955, importante revista teórica dos nacionalismos africanos. Andrade também contestou a validade da leitura de Freyre para explicar a realidade brasileira, na qual a mestiçagem era propalada como símbolo de tolerância inter-racial, fruto da sexualidade sem moralismos e da não preterição das mulheres indígenas ou africanas pelo colonizador solitário branco. O autor chama a tese de superficial e, por não conseguir explicar a história brasileira, muito menos poderia explicar outras realidades – com as quais teve um contato restrito e rápido, quando convidado pelo governo português (MEDINA, 2000: 51-54).

Baltasar Lopes e outros escritores cabo-verdianos, bem como Amílcar Cabral, foram bastante taxativos em relação à ideologia apropriada pelo poder colonial português. Além de destacar-lhe os interesses em construir uma imagem positiva frente às Nações Unidas das práticas políticas empenhadas nas relações com os povos sob domínio colonial, fizeram questão de demonstrar a invalidade dos pressupostos do sociólogo pernambucano sobretudo para o caso do arquipélago. A contestação principal questionava o fato de que a realidade de Cabo Verde negava o que se propalava sobre o Brasil: nas ilhas, o *mulato* teria se tornado o elemento estruturante da sociedade, ao passo que no Brasil o mestiço havia sido subjugado pelas estruturas brancas/portuguesas. Em vez de ter sido um mundo criado pelo português, Cabo Verde era o mundo criado pelo *mulato*, como registrou um poeta local, Gabriel Mariano (MEDINA, 2000: 57-61).

Fica evidente que, essa circulação de ideias, encontrando as suas contrapartes, participaram da construção dos nacionalismos independentistas e anticolonialistas na África. Esses intelectuais, encontrando-se também em Portugal e na França – onde se congregaram

muitos em grupos de estudo e discussão e também em torno da revista *Présence Africaine*, importante espaço de sociabilidade intelectual¹¹ – puderam incrementar as ações que se deram também em outras frentes, inclusive na luta armada. A mobilização de experiências e de saberes foi essencial no processo de organização das lutas independentistas, travando um embate igualmente intenso no campo das ideias.

O aparato colonial do Estado português não se deteve, porém, à apropriação e transformação dos postulados de Freyre. Uma série de institutos, centros de estudos e de investigação, museus, arquivos lançaram-se na tarefa de constituir um saber sobre as colônias, nos moldes do que faziam as outras potências imperialistas europeias, como França, Bélgica ou Inglaterra. Como discutiu Matos (2006), as representações – especialmente as raciais – do império se serviram de uma ampla estrutura, destinada a referendar, cientificamente (como mandavam as regras do jogo desde o século anterior), as práticas políticas e sociais do imperialismo-colonialismo dos séculos XIX-XX. Se em outros tempos a religião detinha a hegemonia na legitimação dos impérios, nos tempos modernos a ciência vinha a ocupar este papel, nomeadamente com a projeção de saberes como a Antropologia e a Etnografia.

Para ficarmos em um caso, em 1955 o Ministério do Ultramar criou o Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, cuja atividade se debruçava integralmente sobre todas as áreas colonizadas por Portugal no presente e no passado. Esse Centro convidou Jaime Cortesão – demonstrando “alto apreço” ao seu papel de historiador – para tornar-se um correspondente, promovendo o intercâmbio de documentos do interesse da história portuguesa colonial, microfilmados ou fotocopiados, entre instituições brasileiras e portuguesas¹². O objetivo do novo órgão era o de sistematizar a documentação referente à história da colonização junto a arquivos, bibliotecas e instituições similares, fomentando desta forma a produção de um conhecimento histórico sob a gestão do Estado. De acordo com o decreto de criação, anexado à correspondência encaminhada a Cortesão, o CEHU pretende preencher a lacuna de um instituto que organize a pesquisa histórica sobre o ultramar, aglutinando os esforços de vários pesquisadores e instituições em torno do assunto: unem-se no projeto as Juntas de Investigação sobre o Ultramar, o Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, o Arquivo Histórico Ultramarino, a Filmoteca Ultramarina entre outros. Suas funções legais

¹¹ As revistas (acadêmicas, científicas, culturais, políticas) são importantes espaços de sociabilidade intelectual, não apenas por congregarem sujeitos em torno de uma proposta editorial como também por colocar em contato – como no caso em questão – intelectuais-ativistas de diferentes experiências e contextos, promovendo assim a convergência de ideias e práticas. Sobre a sociabilidade intelectual em torno de revistas, ver SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

¹² FARIA, Antonio de, Embaixador. Correspondência [cópia de telegrama]; anexo Diário do Governo, 24 fev. 1955, p. 145-146. [Lisboa], 1955. ACPC/BNP, E25/449.



eram as de “coordenar, estimular e promover investigações históricas relativas à ação dos portugueses no descobrimento, aproveitamento e civilização de territórios de além-mar” e “recolher as fontes históricas que possam concorrer para aquelas investigações e auxiliar a conservação e divulgação delas”¹³.

A partir da documentação de Cortesão, foi possível identificar algumas das atividades desempenhadas pelo autor no âmbito do CEHU, como o envio de microfilmes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – instituição para a qual trabalhou durante quase toda a sua estada no Brasil – para a Biblioteca Nacional de Portugal, mediante a remessa de outros, que fossem do interesse dos arquivos brasileiros. Em uma entrevista concedida ao *Diário de Lisboa*, Cortesão comentou sobre o envio de um microfilme, de propriedade do Ministério da Educação brasileiro, o qual trazia um relatório seiscentista de um missionário português no Monomotapa, atestando, de acordo com as suas palavras, que os portugueses “já frequentavam com fins comerciais o Lago Niassa, assunto de grande interesse para a História e Geografia dos Portugueses e para a matéria do conhecimento do continente africano”¹⁴. A relação apresenta, portanto, certa ambivalência¹⁵ do autor, que embora opositor político do salazarismo, convergia no aspecto dos usos do conhecimento histórico em prol da valorização do passado português, mobilizado para fortalecer a autoestima – ufanista – e consequentemente o nacionalismo, que dependia da manutenção de seu caráter colonial imemorial, legitimado a partir de uma leitura interessada das fontes.

Também nos documentos guardados por Cortesão, de interesse direto desta reflexão, são encontrados diversos recortes de imprensa, dentre os quais de seus textos publicados em diversos periódicos brasileiros, angolanos, moçambicanos e portugueses. A maior parte dos textos se repete, publicados em mais de um jornal, sendo que os dois deles, na imprensa africana, aparecem como integrantes da série “Velhos erros, novas correções”, que foi inicialmente publicada pelos jornais *A Manhã* (Rio de Janeiro) e *O Estado de S. Paulo* (São Paulo). São textos de história que têm como objetivo aparente a superação de senso comum e a publicidade de sujeitos e acontecimentos.

O jornal *A Província de Angola* (26 fev. 1959), vem com um trecho na primeira página, intitulado “*Causas da Independência de Portugal e da formação portuguesa do*

¹³ Decreto-lei 40.070/1955, publicado no Diário do Governo em 24 fev. 1955, p. 145-146.

¹⁴ CORTESÃO, Jaime. Fala Jaime Cortesão [Entrevista]. In: *Diário de Lisboa*. Lisboa, 25 jan. 1955. ACPC/BNP, E25/1999.

¹⁵ Estas ambivalências dizem respeito às convergências entre autores e a cultura da qual pertencem. No caso, aproprio-me aqui da reflexão proposta por Said em relação à produção literária que traz em si traços do imperialismo/colonialismo e da relação com o outro: mesmo que não sejam autores “a serviço” do sistema, é impossível separá-los do conjunto de saberes e de práticas que compõem a sua formação cultural, social, política etc. Ver SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.



Brasil”, diagramado ao lado da chamada para a reportagem “Promover a colonização portuguesa e educar a população indígena são objetivos fundamentais em Angola para se obter suficiente infraestrutura – declarou o prof. Dr. Marcello Caetano ao dissertar sobre *Planificação Econômica*”. Além disso, a capa traz o texto “O amor ao trabalho e a vincada honestidade são características essenciais da colônia portuguesa da Venezuela – disse o prof. Paulo Cunha (acompanha foto) ao regressar de Caracas”. O texto de Cortesão, que segue a linha dos outros trabalhos do autor, ressalta as características portuguesas na formação do Brasil e do papel que a exploração do continente sul-americano teve para a restauração da independência portuguesa em 1640. Outro jornal, *Notícias de Lourenço Marques* (15 set. 1959), de Moçambique, trouxe o mesmo texto, que totalmente recortado, não aparece no contexto da diagramação¹⁶. Chamo a atenção para as chamadas e reportagens que compõem a página na qual o texto de Cortesão aparece para apontar para uma possibilidade da recepção de sua escrita: o elogio histórico da colonização portuguesa do Brasil vai de encontro às falas de Marcello Caetano e Paulo Cunha, que naquele ano de 1959, davam relevo às práticas portuguesas *fora da metrópole* naquele contexto. À luz do passado, os jornais destinados às colônias portuguesas em Moçambique e Angola, pareciam chamá-los à ação dentro do contexto em que se encontravam, em nome de um *caráter* português que não tinha fronteiras temporais, nem territoriais.

A descolonização dos saberes como meio e a autonomia como objetivo

A título de conclusão das ideias aqui expostas, que tratam do circuito das ideias que têm as leituras e as práticas da colonização portuguesa como centro, trago à cena as propostas de superação dos sistemas epistemológicos que suprimiram a diversidade cultural que compõe as sociedades que emergiram da colonização europeia, em especial na África e na América Latina. Os saberes e expressões culturais que se tornaram hegemônicos constituíram um conjunto de práticas sociais, políticas, econômicas e epistemológicas que mantêm as estruturas instaladas pelos colonialismos e que sustentam as elites que lhes sucederam. As estratégias descolonizadoras não se restringem às lideranças que promoveram a emancipação política, pois nem sempre a independência administrativa significou a ruptura com as estruturas tecidas pelos impérios: pode-se inclusive dizer que isso sequer foi alcançado.

¹⁶ CORTESÃO, Jaime. Velhos erros, novas correções: recortes de imprensa. Várias datas, vários locais. ACPC/BNP, E25/74.

A emancipação plena, atingida a partir da descolonização dos saberes, é o que sugerem Aquino de Bragança e Jacques Depelchin (1986), quando tratam da produção de uma escrita da história da libertação de Moçambique. O texto indica um interessante caminho para a construção de um *saber de si* a partir de instrumentos e pontos de vista que privilegiam leituras próprias sobre a realidade experimentada. Nesse mesmo sentido, Paulin Hountondji (2009) destaca o papel dos saberes tradicionais, considerados em sua historicidade e dinamicidade, e que, uma vez aproximados a outros saberes correlatos, sempre colocados em posição inferiorizada, enriqueceriam a produção de conhecimento num outro circuito – horizontal – alternativo às leituras hegemônicas. A partir destas considerações, é possível afirmar que a emergência destes saberes, postos em maior circulação e interpretados a partir de suas próprias dinâmicas, é uma das etapas no processo de superação das estruturas acadêmicas e científicas que até o presente servem à manutenção de muitas das estruturas advindas da colonização europeia e que nem sempre se adequam às diversidades dos lugares para os quais foram importadas.

Ademais, a universidade, tal como vemos no caso brasileiro, necessita abrir-se à diversidade que compõe a sociedade que a mantém. Se o conhecimento produzido na universidade brasileira, por exemplo, ainda não é totalmente eficaz na luta contra as desigualdades sociais, econômicas, raciais ou de gênero, isto se deve em grande parte ao fato de que os sujeitos dessas desigualdades ainda sejam uma minoria dentro das estruturas da produção do conhecimento: apenas a circulação de *saberes descolonizados* não dará conta da construção da autonomia plena enquanto aquelas pessoas que são as principais excluídas desse que se tornou um sistema de privilégios não estiverem também dentro desse campo.

É importante também salientar que a *Exposição de História de São Paulo*, aliada à propaganda massiva que ressaltava o papel dos bandeirantes na formação de São Paulo e do Brasil, trazia para o campo das expressões culturais as representações da narrativa dos *vencedores*. Dessa forma, a ideia de que os bandeirantes eram os ancestrais heroicos dos paulistas do presente trazia consigo a ratificação das elites que se autointitulavam suas herdeiras sanguíneas e morais perante toda uma população que consumia essas imagens. No caso do projeto expográfico de Cortesão, bem como de parte da historiografia oficial de então, o colonizador português também participava dessa figura *vencedora*, ao lado do exótico indígena, folclorizado e reduzido ao mero papel de contribuinte para uma causa alheia, o que o destituía de historicidade e conseqüentemente lhe negava direitos.

A descolonização do olhar sobre as expressões culturais que compõem a sociedade brasileira, historicamente subalternizada por práticas sociais e por uma produção de conhecimento colonial/colonizado que as legitimou, é também fundamental na conquista da autonomia plena daqueles que sempre foram desumanizados. Desse conjunto de ideias, que mantêm a colonização do olhar, o luso-tropicalismo – ou meramente a leitura que o Brasil faz da mestiçagem, ancorada sobretudo em Freyre – impedem, entre outras coisas, a compreensão do lugar ao qual foram destinadas as populações negras, indígenas e mestiças do país e, a partir disso, impedem também o acesso aos mais elementares direitos humanos por estas populações.

Concluo essa reflexão apresentando duas reproduções fotográficas, registros de manifestações de grupos indígenas na cidade de São Paulo nos anos de 2013 e 2014, pedindo a demarcação das terras dos povos tradicionais e lutando contra os anseios das elites rurais do país. Nas imagens, o *Monumento às Bandeiras*, mencionado ao longo deste texto, e os bandeirantes, são lidos a partir de outros referenciais. Na primeira, a faixa com os dizeres “*Bandeirantes de ontem. Ruralistas de hoje*”, há uma referência aos *caçadores* de índios e alargadores de fronteiras do passado que no presente são representados pelos ruralistas, que para expandir as fronteiras do agronegócio expropriam terras e assassinam (ou levam ao suicídio) diversos povos tradicionais do Brasil. Na segunda, a tinta vermelha é usada em uma intervenção artística no referido monumento, manchando os supostos heróis com a cor que representa o sangue dos povos dizimados por suas ações, no passado e no presente.



Imagem 1: Comissão Guarani Yvyrupa. *Sem título*. São Paulo, 6 jun. 2014. Manifestação em frente ao Monumento às Bandeiras. Disponível em <https://www.facebook.com/yvyrupa/photos_stream>. Acesso em 29 mar. 2015.



Imagem 2: Comissão Guarani Yvyrupa. Sem título. São Paulo, 3 out. 2014. Monumento às Bandeiras tingido de tinta vermelha no dia seguinte. Disponível em <https://www.facebook.com/yvyrupa/photos_stream>. Acesso em 29 mar. 2015.

As imagens não somente apresentam a ressignificação do símbolo utilizado pelas elites paulistas para heroicizar o seu passado, transformando os heróis em assassinos, como também os associa aos que são vistos pelos povos tradicionais como representantes da mesma prática no presente. A ação política e artística é um exemplo do modo como é possível contestar os símbolos historicamente construídos, a partir da visibilidade dos saberes e pontos de vista de sociedades que sempre foram escamoteados dos locais de produção do conhecimento e de práticas políticas hegemônicas do país. A partir da discussão que isso enseja, torna-se possível uma produção do conhecimento que veja além das estruturas de poder que impedem a visibilidade das mais diversas formas de pensar, de agir e de produzir conhecimento.

Bibliografia

- ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O trato dos viventes: a formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALEXANDRE, Valentim. *Velho Brasil, Novas Áfricas: Portugal e o império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento, 2000.
- BASTOS, Cristiana; ALMEIDA, Miguel Vale de; FELDMAN-BIANCO, Bela (coord.). *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.
- BRAGANÇA, Aquino de; DEPELCHIN, Jacques. Da Idealização da FRELIMO à Compreensão da História de Moçambique. In: *Estudos Moçambicanos*, Maputo, 5/6, 1986.

CASTELO, Claudia. Investigação científica e política colonial portuguesa: evolução e articulações. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, abr.-jun. 2012.

CASTELO, Claudia. Novos Brasis em África: desenvolvimento e colonialismo português tardio. In: *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 30, n. 53, mai.-ago. 2014.

CASTELO, Claudia. *O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento, 1998.

CONCEIÇÃO NETO, Maria da. Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX. In: *Lusotopie*, Bordeaux, 1997.

CORTESÃO, Jaime. *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1943. (Coleção Clássicos e Contemporâneos, v. 1).

CORTESÃO, Jaime. *A fundação de São Paulo: capital geográfica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1955.

CORTESÃO, Jaime. *Os fatores democráticos na formação de Portugal*. 2ª ed. Prefácio de Vitorino Magalhães Godinho. Lisboa: Portugália, 1966.

HOUNTONDI, Paulin. Conhecimento de África, Conhecimento de Africanos: duas perspetivas sobre Estudos Africanos In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009.

LEONZO, Nanci. O “mistério” das Bandeiras. In: *Prelo*, Lisboa, n. esp., dez. 1984.

LOFEGO, Silvio Luiz. *IV Centenário da Cidade de São Paulo: uma cidade entre o passado e o futuro*. São Paulo: Annablume, 2004.

MACAGNO, Lorenzo. Luso-tropicalismo e nostalgia etnográfica: Jorge Dias entre Portugal e Moçambique. In: *Afro-Ásia*, Salvador, n. 28, 2002.

MACAMO, Elísio. A maldição do Estado: Anotações sobre a trivialização do político. *Conferência de Abertura à IV Conferência Internacional do IESE*. Maputo, ago. 2014.

MARINS, Paulo César Garcez. O Parque do Ibirapuera e a construção da identidade paulista. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, nova série, vol. 6/7, 1998/1999.

MATOS, Patrícia Ferraz de. *As “Côres” do Império: representações raciais do império colonial português*. 3ª ed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

MEDINA, João. Gilberto Freyre contestado: o lusotropicalismo criticado nas colônias portuguesas como álibi colonial do salazarismo. In: *Revista USP*, São Paulo, n. 45, mar.-mai. 2000.

MICELI, Sergio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.



MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RODRIGUES, Lidiane Soares. *A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e "um seminário" (1958-1978)*. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHWARCZ, Lilia. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

THOMAZ, Omar Ribeiro. *Ecos do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Fapesp, 2002.